



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Milton Coelho – PSB/PE

Requerimento nº /2021

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).

Senhor presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Especial para debater os impactos da PEC nº 32/2020 (Reforma Administrativa) nas carreiras do serviço público.

Na oportunidade, solicito que sejam convidadas as seguintes entidades destacadas abaixo:

- Associação dos Analistas em Tecnologia da Informação do Poder Executivo (ANATI);
- Associação Nacional dos Servidores Públicos da Previdência e da Seguridade Social (ANASPS);
- Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ);
- Sindicato dos Analistas-Tributários da Receita Federal (SINDIRECEITA);
- Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF (SINDJUS-DF);
- Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (ANPPREV);
- Associação dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB);
- Associação dos Procuradores do Município do Rio de Janeiro (APRORIO);

JUSTIFICAÇÃO

A PEC 32/2020 tem o objetivo de “alterar disposições sobre servidores, egados públicos e organização administrativa”. A proposta, que foi apresentada





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Milton Coelho – PSB/PE

como a primeira de três etapas para implementação do chamado “Nova Administração Pública”, modifica, acrescenta ou revoga dispositivos de 17 artigos da Constituição Federal de 1988, com impacto para futuros e atuais servidores públicos, tanto que possui oito artigos com regras de transições em hipóteses específicas.

O texto questão visa modificar os dispositivos constitucionais sobre servidores e empregados públicos e a modificação da organização da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Tais alterações promoverão um verdadeiro desmonte do Estado e descaracterização da Constituição Federal de 1988, especialmente ao pôr em risco a estabilidade do serviço público e alterar as regras de seleção, submetendo os funcionários públicos aos agentes do governo. Cumpre salientar que a estabilidade conferida ao servidor público tem o objetivo de proteger a sociedade, na medida em que viabiliza que o servidor exerça suas atribuições de maneira impessoal e sem receio de retaliações do governo de plantão.

Em virtude do impacto que PEC causará ao Estado brasileiro e na prestação de serviços à população, propomos sejam convidados para este colegiado os membros de diversas entidades representativas do serviço público brasileiro, de diferentes áreas, para fomentar e aprofundar o debate e oportunizar o posicionamento destes sobre o tema.

Diante do exposto, e considerando a importância da matéria e dos prejuízos que possa trazer à sociedade brasileira, solicito o apoio dos nobres pares para aprovar este requerimento.


Deputado **MILTON COELHO**
PSB-PE

